

/ Estatística da Educação /

M 3

CX. 1

M 3

EST.

Leveiros Humano / (Educação)

Evasão escolar (Frequência)

ENSINO



PRIMÁRIO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

371.62

(12)

M3

P1

1940

DISTRIBUIÇÃO

A evasão escolar no ensino primário

brasileiro

(Comunicação feita à Sociedade Brasileira de Estatística,

em sua 1ª sessão pública, no dia 5 de novembro de 1940)

M. A. Gelseira de Freitas

Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde

Educação / Brasil

- Evasão Escolar

- Ensino Primário

Estatística da Educação

Br. 7

Ser. 2

EST
CX1
M3
P1

A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO PRIMARIO BRASILEIRO

(Comunicação feita à Sociedade Brasileira de Estatística, em sua 1ª
sessão pública, no dia 5 de novembro de 1940)

M. A. Teixeira de Freitas
Diretor do Serviço de Estatística da
Educação e Saúde

1.

Na tese intitulada "Dispersão demográfica e escolaridade", que o autor desta comunicação ofereceu ao 9º Congresso Brasileiro de Geografia, os números comentados puseram em relêvo estes três importantes fatos:

1º A capacidade virtual do ensino primário brasileiro (considerado o discipulado global do ensino fundamental comum) já se representava, em 1937, por 81% do seu limite teórico, mas, consequentemente à evasão escolar, o discipulado real do mesmo ensino só atingia, no mesmo ano, a 44% do aludido limite.

2º Já podia ser estimado, no ano de 1937, em apenas 93.973, ou 6,58% do discipulado integral teórico da dita série, o quantitativo das crianças a escolarizar no 1º ano do curso primário e que ainda não tinham nem podiam ter escola ao seu alcance, tal a rarefação do grupo demográfico a que pertenciam.

3º A população correspondente às crianças compreendidas nas áreas já servidas pela escola primária em todo o país podia ser estimada em 1937, em 36.726.606 habitantes, ou 84,92% da população total, e a extensão territorial que a continha seria, entretanto, inferior a 1.042.470 km² ou 12,25% da área total do Brasil. Mas a população correspondente à área escolarizada ou escolarizável (1.324.380 km² ou 15,56% do total) já atingia a 41.823.091 habitantes, ou 96,71% do total.

2.

Por inspiração dos próprios números considerados, foram apontados os correspondentes remédios para os aspectos negativos que, a par de fatos indubitavelmente já auspiciosos, tal situação nos apresenta.

Ei-los:

1º No intuito de possibilitar um esforço profundo de reor-

ganização do ensino primário, assegurando-lhe maior eficiência e mais forte poder de retentividade sobre o discipulado, - a Convenção Nacional de Educação, como recurso para instituir com sentido político, ampla autoridade e âmbito nacional, - o grande sistema ordenador da obra de educação primária no país.

2º Afim de proporcionar adequada educação e correlata socialização às crianças pertencentes ao grupo da população de cerca de 1 milhão e meio de habitantes que, em grande dispersão, ocupam quasi 7 milhões e meio de km² ou 87,75% da superfície do Brasil, - as "colônias escolas", destinadas a atrair por contratos de trabalho, por um, dois ou três anos, as famílias daquele grupo, e sobre elas, através de multiplicados recursos de disciplinada atividade econômica, educação e recreio, reajustá-las à vida social, assegurada, simultaneamente, a assistência educativa, em forma sistemática, aos seus infantes.

3º Na intenção de resolver racionalmente o tremendo problema demográfico, econômico e político da efetiva ocupação e correlata valorização dos 7 1/2 milhões de km² que se podem considerar praticamente desertos, as quatro seguintes medidas: a) a redivisão política do Brasil, sob o critério da equivalência de áreas entre as Unidades Políticas, na base da extensão territorial de S. Paulo, Rio Grande do Sul, Piauí e Maranhão (250 a 350.000 km²); b) a imediata interiorização da Capital da República, com a sua transferência provisória para Belo Horizonte, a acarretar simultaneamente a constituição de um "distrito federal" abrangente de toda a área de privilegiado potencial de riqueza mineralógica, que vai do rio Paraopeba ao rio Doce e no centro da qual se encontra aquela cidade; c) a subsequente divisão dos Estados e Territórios em Departamentos (consórcios de municípios perfazendo um âmbito geográfico estável de 20 a 40.000 km²); d) e, finalmente, para os fins imediatos das grandes obras de reconstrução nacional, a formação e movimentação do Exército do Trabalho, em cujos quadros se inscreveriam, voluntária ou compulsoriamente, todos os desocupados ou desajustados sociais, resultantes da insuficiente ordem econômica ora vigente no país, colhendo-se, por essa forma, simultaneamente, os três proveitos complementares do objetivo principal, isto é, o aproveitamento dos braços ora inúteis, o reajustamento social e o preparo de amplas reservas para a organização da defesa nacional.

3.

O ponto de partida dessas conclusões político-sociais foi a revelação da estatística educacional sobre a exata situação do ensino primário brasileiro, a qual, como demonstraram os números, já não clama va tanto por "novas escolas", quanto por "escolas melhores". Ora, essa constatação é de alcance capital para todos os que quiserem examinar de perto o assunto, na procura de soluções para os árduos problemas que

nesse terreno se podem pôr em equação. E não será demais, por conseguinte, que no seio desta Sociedade se debata aquele aspecto básico, quando mais não seja para deixar bem nítida a circunstância condicionante de todas as medidas que possam ser sugeridas ou adotadas em matéria de ensino primário entre nós.

4.

Tendo em vista, todavia, a maior facilidade de apresentação dos fatos que a estatística nos revela, vamos trabalhar utilizando os números proporcionais. Mas, afim de que pequenas parcelas a considerar se possam exprimir em números inteiros com êrro despidiendo, adotemos a base de 10.000 para o grupo representativo do discipulado teórico do nosso ensino primário - fundamental comum, em 1932, único ano, por agora, em relação ao qual se pode acompanhar todo o tirocínio da respectiva geração escolar.

5.

Antes, porém, fixemos alguns pressupostos e estabeleçamos certos esclarecimentos que darão o exato sentido dêste trabalho e das conclusões a que chegamos, evitando-se, assim, quaisquer equívocos.

Ei-los:

1º Segundo a justificação feita na tese a que nos reportamos, considera-se a população de 7 anos (calculada a 33 o/oo da população total, com propositado exagêro) como expressão do limite teórico do discipulado do 1º ano da escola primária nacional, tendo-se em vista o currículum de três anos, o único generalizável por agora a todo o país.

2º Serve de base ao cálculo a estimativa oficial da população do país, isto é, 39.152.523 habitantes em 1932, a que correspondem 1.292.033 infantes de 7 anos.

3º Utilizam-se as taxas de mortalidade que a tese adotou, tomadas ao obituário das nossas grandes cidades, embora tais taxas possam ser tidas, com certo fundamento, como um tanto baixas para exprimir o obituário dos respectivos grupos em todo o país. Essas taxas são as de 5,59, 4,28, 4,05, 3,89, 3,86 e 3,55 o/oo aplicadas ao grupo considerado, sucessivamente e por analogia, nos anos de 1932 a 1937.

4º Para simplicidade do cálculo, foi feita abstração do caso particular da repetência múltipla da mesma série, bem assim do pequeno movimento de transferências de alunos de uma para outra escola.

5º Como as crianças aprovadas em cada série abandonam em grande número a escola sem matricular-se na série seguinte, o contingente de novos alunos de cada série não provenientes da série anterior só se pode identificar - e ainda assim apenas em parte - quando o total da matrícula geral da nova série é superior ao de alunos que a ela se ha-

bilitaram. Foi preciso, assim, "substituir" aquele fenômeno por um outro - com êle aliás concomitante - de correspondente significação estatística. Para isso converteram-se totalmente os alunos novos vindos do lar ou de situação escolar não regularmente antecedente à atual, em alunos regressos ao tirocínio escolar, uma parte deles cancelando um igual efetivo de evasões no trânsito de uma para outra série, e a parte restante - a que se revela pelo excesso da matrícula sobre as aprovações no ano anterior - passando a ser considerada, para ficar mantida a coerência da interpretação, como de alunos reingressados na escola dentre os do grupo mais proximamente computado como evadido, mas em condições de formar elementos preparados fora da escola para a matrícula na série imediata.

6º As conclusões do estudo estatístico que esta "comunicação" desenvolve e aprofunda só são válidas para o país no seu conjunto. O roteiro adotado nesta investigação estatística não pode ser seguido, por agora, em relação a cada Unidade Política separadamente considerada. Para o Brasil, a validade das conclusões repousa, com bom fundamento, no pressuposto admissível de que se ache bem próxima da realidade a estimativa demográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mas como o próprio Instituto reconhece que as migrações internas e outros fatores alteraram profundamente, nos dois últimos decênios, a distribuição regional dos nossos contingentes populacionais, a aplicação, a qualquer Estado, do método de pesquisa que ensaiamos, chegaria a resultados inteiramente destituídos de sentido. Onde a população fosse inferior à estimativa (como se pode supor seja o caso da Baía e Alagoas, por exemplo), a situação escolar real se apresentaria com exagerada insuficiência. E o contrário ocorreria, aparentando privilegiada posição do Estado em face do problema da educação elementar, onde a população fôsse na realidade superior às previsões realizadas, qual acontece certamente com São Paulo e Santa Catarina, para só aludir a duas das circunscrições que neste particular mais ferem a atenção.

6.

Assentados tais pressupostos, vejamos como medir em números proporcionais a obra educativa que iterativamente foi beneficiando uma determinada geração escolar brasileira, considerada como um todo, até sua integral destinação à vida post-escolar.

Em um nosso anterior trabalho (O que dizem os números sobre o ensino primário no Brasil) aplicamos, com relação ao movimento escolar de 1932, o método que depois encontramos preconizado pelo Professor Vincenzo Castrilli, da Real Universidade de Bári, na sua monografia "Statistica Intelletuale", do "Trattato Elementare di Statistica", coordenado sob a direção de Corrado Gini e editado em 1935 sob os auspícios do Instituto Central de Estatística do Reino da Itália.

No parágrafo intitulado "Consistência numérica dos alunos nos diversos anos do curso" (vol. VI, pag. 113, da obra citada), diz Castrilli:

"Seria também muito interessante poder-se verificar como vai diminuindo o número dos alunos na passagem de um ano do curso para o outro. Mas para tal fim seria preciso seguir um dado grupo de alunos do momento em que êle se inscreve no 1º ano até ao têrmo do curso primário. Somente assim se poderiam verificar as reduções e as perdas efetivas que por várias razões, e de um ano a outro, o grupo pode vir a sofrer."

E acrescenta:

"Não havendo dados que permitam determinar a distribuição da população escolar por anos do curso durante cinco anos escolares consecutivos, pode-se precisar a consistência numérica do discipulado nos diversos anos do curso durante um só ano escolar, pondo-se igual a 100 o número dos inscritos no 1º ano e considerando os valores que se obtêm para os sucessivos quatro anos do curso, como se pode ver do seguinte quadro relativo ao ano escolar 1926-1927" (segue-se no texto a tabela).

E termina:

"Tais Algarismos não podem indicar a medida exata da progressiva redução de um mesmo grupo de alunos nos sucessivos anos de estudo, por que os alunos que em 1926-1927 estavam inscritos nas diversas séries provinham de outros tantos grupos iniciais diferentes, mas são suficientes para tornar exequível um confronto entre as regiões geográficas relativamente à diversa consistência da população escolar dos vários anos. Esta aparece, assim, na parte meridional e insular da Itália, notavelmente inferior à média do Reino, o que significa que a escola, naquelas regiões, não cumpre completamente sua missão."

Quanto ao Brasil, porém, a estatística escolar já nos pode dar os elementos para acompanhar de modo integral o curriculum vitae escolar (apreciada também a repetência) de um grupo da geração a escolarizar em 1932, cujo último contacto com a escola terá sido, segundo os pressupostos assentados, em 1937. E êsse grupo, pelo motivo acima alegado, vai ser, não de 100, mas de 10.000.

Todas as elaborações estatísticas da tese a que nos referimos, como as da presente comunicação, consideraram como definitivos os dados do movimento escolar de 1937. O Estado de Minas, porém, acaba de comunicar que na sua contribuição para a estatística daquele ano fora encontrada vultosa omissão que não devia prevalecer, prometendo para êste mês a retificação necessária. Essa circunstância, embora não deva afetar sensivelmente o presente trabalho, deixa-o sujeito a reti-

1) 223.159 = o grupo que vai interessar

← O ensino no Brasil - 1932,

acusa 793.984

ficações.

Cumpre-me também deixar aqui expresso o meu cordial agradecimento à ajuda valiosa que, muito dedicadamente e com invulgar capacidade profissional, me foi prestada, nos cálculos que êste trabalho exigiu, pelo meu jovem colega Ariosto Pacheco de Assis, do quadro de Estatísticos do Ministério da Educação.

7.

Iniciando as pesquisas que nos propomos, vejamos o que aconteceu relativamente a cada grupo de 10.000 crianças do efetivo já aludido, de 1.292.033 alunos (igual ao número de crianças de 7 anos), que de veria ter procurado a 1ª série da escola primária brasileira, se já houvesse esta atingido o seu optimum de capacidade.

Todavia, embora só nos vão interessar particularizadamente neste estudo, os números representativos, convém que se deixem desde logo facilitados os cotejos com os números globais, a que o leitor será levado a cada passo na leitura dêste trabalho. Nessa intenção, os números absolutos vão alinhados a seguir, lado a lado com a discriminação a que a dinâmica da trajetória escolar submete o grupo-base da proporcionalização.

8.

Escolarização em 1932

	Números absolutos	Números representativos
Total do grupo considerado	1.292.033	10.000
Não procuraram a escola ou não a tinham ao seu alcance	468.874	3.629
Matricularam-se no 1º ano	823.159	6.371
<u>Ocorrências no decurso do ano</u>		
Morreram durante o ano	7.222	56
Dos quais, { não escolarizados	2.621	20
{ escolarizados	4.601	36
Sobreviveram	1.284.811	9.944
Dos quais, { não escolarizados	466.253	3.609
{ escolarizados	818.558	6.335
<u>Dos últimos:</u>		
Abandonaram a escola durante o ano	113.939	881
Mantiveram-se inscritos até o fim do ano (todos novos na 1ª série)	704.619	5.454
Dêstes, .. { não tendo sido aprovados	506.567	3.921
{ tendo sido aprovados	198.052	1.533

9.

Escolarização em 1933

	Números absolu- tos	Números represen- tativos
Remanescentes da geração considerada, vindos de 1932	1.284.811	9.944
Dos quais, { não escolarizados { remanescentes dos não es- colarizados originaria- mente 466.253 3.609 - por abandono da escola du- rante 1932 113.939 881 escolarizados no fim de 1932 704.619 5.454		
Não voltaram à escola em 1933 (dentre os inscri- tos no fim de 1932, sendo todos dos que de- viam repetir o 1º ano)	157.113	1.216
Continuaram na escola em 1933 (dentre os inscri- tos no fim de 1932)	547.506	4.238
Sendo, ... { como repetentes do 1º ano 349.454 2.705 como alunos novos do 2º ano (promovi- dos do 1º ano) 198.052 1.533		
Retornaram à escola (dos 113.939 representados dos 881, anteriormente evadidos sem aprovação no 1º ano e que voltaram à escola com alguma instrução adquirida fora dela, conseguindo inscrição como novos no 2º ano)	51.939	402
<u>Ocorrências no decurso do ano</u>		
Morreram durante o ano	8.499	43
Dos quais, { não escolarizados 2.933 23 escolarizados 2.566 20		
Sobreviveram	1.279.312	9.901
Dos quais, { não escolarizados { remanescentes do grupo o- riginariamente não esco- larizado 464.257 3.593 por abandono definitivo da escola no decurso de 1932 61.735 477 por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1932 156.441 1.211 escolarizados 596.879 4.620		
<u>Dos últimos:</u>		
Abandonaram a escola durante o ano	92.599	717
- repetentes da 1ª série	47.656	369
- novos da 2ª série	44.943	348

Relatório

	Números absolu- tos	Números represen- tativos
Mantiveram-se inscritos até o fim do ano	504.280	3.903
- repetentes da 1ª série	300.302	2.324
- novos da 2ª série	203.978	1.579

Dos quais:

Não foram aprovados	268.061	2.075
Dentre ês { eram repetentes da 1ª série	187.228	1.449
tes { eram novos da 2ª série	80.833	626
Foram aprovados	236.219	1.828
Dentre ês { eram repetentes da 1ª série	113.074	875
tes { eram novos da 2ª série	123.145	953

10.

Escolarização em 1934

Remanescentes da geração considerada, vindos de 1933	1.279.312	9.901
Dos quais, { não escolarizados { remanescentes dos não escolarizados originariamente	464.257	3.593
{ por abandono da escola durante 1932 (sobreviventes dos que não retornaram à escola)	61.735	477
{ por abandono da escola ao termo do ano letivo de 1932	156.441	1.211
{ por abandono da escola durante 1933	92.599	717
{ escolarizados no fim de 1933	504.280	3.903
Não voltaram à escola em 1934 (dentre os inscritos no fim de 1933)	229.487	1.777
Sendo, ... { dos repetentes do 1º ano em 1933 e não aprovados	187.228	1.449
{ dos que deviam cursar o 2º ano	7.615	59
{ dos que deviam repetir o 2º ano	34.644	269
Continuaram na escola em 1934 (dentre os inscritos no fim de 1933)	274.793	2.126
Sendo, ... { dos que deviam cursar o 2º ano	105.459	816
{ dos que deviam repetir o 2º ano	46.189	357
{ dos que deviam cursar o 3º ano (promovidos do 2º ano)	123.145	953

	Números absolu- tos	Números represen- tativos
Retornaram à escola (dos 92.599, representados por 613, anteriormente evadidos sem aprovação no 2º ano e que voltaram à escola com alguma instrução adquirida fora dela, conseguindo inscrição como novos no 3º ano)	12.750	99
<u>Ocorrências no decurso do ano</u>		
Morreram durante o ano	5.181	40
Dos quais, { não escolarizados	4.017	31
{ escolarizados	1.164	9
Sobreviveram	1.274.131	9.861
Dos quais, { não esco- larizados { remanescentes dos não es- colarizados originaria- mente	462.377	3.579
{ por abandono definitivo da escola durante 1932 ...	61.485	475
{ por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1932	155.807	1.206
{ por abandono definitivo da escola durante 1933 ...	79.526	616
{ por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1933	228.557	1.769
{ escolarizados	286.379	2.216
<u>Dos últimos:</u>		
Abandonaram a escola durante o ano	42.585	329
- novos da 2ª série	15.728	122
- repetentes da 2ª série	6.888	53
- novos da 3ª série	19.969	154
Mantiveram-se inscritos até o fim do ano	243.794	1.887
- novos da 2ª série	89.304	691
- repetentes da 2ª série	39.114	303
- novos da 3ª série	115.376	893
<u>Dos quais:</u>		
Não foram aprovados	87.134	676
- eram da 2ª série	48.951	380
sendo, ... { novos	34.041	264
{ repetentes	14.910	116
- eram novos da 3ª série	38.183	296

	Números absolu- tos	Números represen- tativos
Foram aprovados	156.660	1.211
- eram da 2ª série	79.467	614
sendo, ... { novos	55.263	427
{ repetentes	24.204	187
- eram novos da 3ª série	77.193	597

11.

Escolarização em 1935

Remanescentes da geração considerada, vindos de 1934	1.274.131	9.861
Dos quais, { não escolarizados { remanescentes dos não es- colarizados originaria- mente	462.377	3.579
{ por abandono da escola du- rante 1932 (sobreviven- tes dos que não torna- ram à escola)	61.485	475
{ por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1932	155.807	1.206
{ por abandono da escola du- rante 1933 (sobreviven- tes dos que não torna- ram à escola)	79.526	616
{ por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1933	228.557	1.769
{ por abandono da escola du- rante 1934	42.585	329
{ prontos pela escola (aprovados no 3º ano em 1934)	77.193	597
{ escolarizados no fim de 1934	166.601	1.290
Não voltaram à escola em 1935 (dentre os inscri- tos no fim de 1934, não aprovados na 3ª sé- rie desse ano)	43.534	339
Sendo, ... { dos repetentes do 2º ano em 1934 e { não aprovados	14.910	116
{ dos que deviam cursar a 3ª série	-	-
{ dos que deviam repetir a 2ª série ...	13.756	107
{ dos que deviam repetir a 3ª série ...	14.868	116
Continuaram na escola em 1935 (dentre os inscri- tos no fim de 1934)	123.067	951

	Números absolu- tos	Números represen- tativos
Sendo, ... { dos que deviam repetir a 2ª série ..	20.285	157
{ dos que deviam repetir a 3ª série ..	23.315	180
{ dos que deviam cursar a 3ª série (promovidos da 2ª série)	79.467	614
Retornaram à escola (dos 22.616, representados por 175, anteriormente evadidos sem aprovação no 2º ano e que voltaram à escola com alguma instrução adquirida fora dela, conseguindo inscrição como novos no 3º ano)	12.028	93

Ocorrências no decurso do ano

Morreram durante o ano	4.956	38
Dos quais, { não escolarizados	4.430	34
{ escolarizados	526	4
Sobreviveram	1.269.175	9.823
Dos quais, { não esco- larizados { remanescentes dos não es- colarizados originaria- mente	460.579	3.565
{ por abandono definitivo da escola durante 1932	61.246	473
{ por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1932	155.201	1.201
{ por abandono definitivo da escola durante 1933	79.217	614
{ por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1933	227.667	1.762
{ por abandono definitivo da escola durante 1934	30.438	235
{ por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1934	43.365	338
{ prontos pela escola (aprovados no 3º ano de 1934)	76.893	595
{ escolarizados	134.569	1.040

Dos últimos:

Abandonaram a escola durante o ano	20.401	156
- repetentes da 2ª série	3.075	24
- novos da 3ª série	13.808	106
- repetentes da 3ª série	3.518	26
Mantiveram-se inscritos até o fim do ano	114.168	884
- repetentes da 2ª série	17.131	133
- novos da 3ª série	77.331	598
- repetentes da 3ª série	19.706	153

Dos quais:

	Números absolu- tos	Números represen- tativos
Não foram aprovados	45.486	352
- eram repetentes da 2ª série	7.380	58
- eram da 3ª série	38.106	294
sendo, ... { novos	30.367	234
{ repetentes	7.739	60
Foram aprovados	68.682	532
- eram repetentes da 2ª série	9.751	75
- eram da 3ª série	58.931	457
sendo, ... { novos	46.964	364
{ repetentes	11.967	93

12.

Escolarização em 1936

Remanescentes da geração considerada, vindos de 1935	1.269.175	9.823
Dos quais não esco- larizados remanescentes dos não es- colarizados originaria- mente por abandono da escola du- rante 1932 (sobreviven- tes dos que não torna- ram a escola) por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1932 por abandono da escola du- rante 1933 (sobreviven- tes dos que não torna- ram a escola) por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1933 por abandono da escola du- rante 1934 (sobreviven- tes dos que não torna- ram a escola) por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1934 por abandono da escola du- rante 1935	460.579 61.246 155.201 79.217 227.667 30.438 43.365 20.401	3.565 473 1.201 614 1.762 235 338 156
prontos pela escola	135.824	1.052
- aprovados no 3º ano em 1934	76.893	595
- aprovados no 3º ano em 1935	58.931	457
escolarizados no fim de 1935	55.237	427

	Números absolu- tos	Números represen- tativos
Não voltaram à escola em 1936 (dentre os inscri- tos no fim de 1935 não aprovados na 3ª série desse ano)	33.805	261
Sendo, ... { dos repetentes do 2º ano em 1935 e não aprovados	7.380	58
{ dos repetentes do 3º ano em 1935 e não aprovados	7.739	60
{ dos que deviam repetir o 3º ano	18.686	143
Continuaram na escola em 1936 (dentre os inscri- tos no fim de 1935)	21.432	166
Sendo, ... { dos que deviam repetir o 3º ano	11.681	91
{ dos que deviam cursar o 3º ano (pro- movidos do 2º)	9.751	75
Retornaram à escola (dos 3.025, representados por 24, anteriormente evadidos sem aprovação no 2º ano e que voltaram à escola com alguma instru- ção adquirida fora dela, conseguindo inscri- ção como novos no 3º ano)	1.352	10

Ocorrências no decurso do ano

Morreram durante o ano	4.899	38
Dos quais, { não escolarizados	4.811	37
{ escolarizados	88	1
Sobreviveram	1.264.276	9.785
Dos quais, { remanescentes dos não es- colarizados originaria- mente	458.801	3.551
{ por abandono definitivo da escola durante 1932	61.010	471
{ por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1932	154.602	1.196
{ por abandono definitivo da escola durante 1933	78.911	612
{ por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1933	226.788	1.755
{ por abandono definitivo da escola durante 1934	30.321	234
{ por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1934	43.198	337
{ por abandono definitivo da escola durante 1935	18.975	146
{ por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1935	33.675	260

		Números absolu- tos	Números represen- tativos
Dos quais, (concl.)	prontos pela escola	135.299	1.048
	- aprovados no 3º ano em 1934	76.595	593
	- aprovados no 3º ano em 1935	58.704	455
	escolarizados	22.696	175

Dos últimos:

Abandonaram a escola durante o ano	3.362	26
- novos da 3ª série	1.638	11
- repetentes da 3ª série	1.724	15
Mantiveram-se inscritos até o fim do ano	19.334	149
- novos da 3ª série	9.422	73
- repetentes da 3ª série	9.912	76

Dos quais:

Não foram aprovados	6.989	53
Foram aprovados	12.345	96

13.

Escolarização em 1937

Remanescentes da geração considerada, vindos de 1936	1.264.276	9.785
--	-----------	-------

Dos quais, não escolarizados	remanescentes dos não escolarizados originariamente	458.801	3.551
	por abandono da escola durante 1932 (sobreviventes dos que não tornaram à escola)	61.010	471
	por abandono da escola ao término do ano letivo de 1932	154.602	1.196
	por abandono da escola durante 1933 (sobreviventes dos que não tornaram à escola)	78.911	612
	por abandono da escola ao término do ano letivo de 1933	226.788	1.755
	por abandono da escola durante 1934 (sobreviventes dos que não tornaram à escola)	30.321	234
	por abandono da escola ao término do ano letivo de 1934	43.198	337

		Números absolu- tos	Números represen- tativos
Dos quais, (concl.)	não esco- larizados (concl.)	por abandono da escola du- rante 1935 (sobreviven- tes dos que não torna- ram à escola)	18.975 146
		por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1935	33.675 260
		por abandono da escola du- rante 1936	3.362 26
	prontos pela escola		147.644 1.144
	- aprovados no 3º ano em 1934		76.595 593
	- aprovados no 3º ano em 1935		58.704 455
	- aprovados no 3º ano em 1936		12.345 96
	escolarizados		6.989 53
Não voltaram à escola em 1937 (dentre os inscri- tos no fim de 1936 não aprovados na 3ª série dêsse ano)		5.239	39
Sendo, ...	{ dos repetentes do 3º ano e não aprova- dos		3.583 27
	{ dos que deviam repetir o 3º ano		1.656 12
Continuaram na escola em 1937 (dentre os inscritos no fim de 1936 e que deviam repetir o 3º ano)		1.750	14
<u>Ocorrências no decurso do ano</u>			
Morreram durante o ano		4.867	38
Dos quais,	{ não escolarizados		4.860 38
	{ escolarizados		7 -
Sobreviveram		1.259.409	9.747
Dos quais,	não esco- larizados	remanescentes dos não es- colarizados originaria- mente	457.035 3.537
		por abandono definitivo da escola durante 1932	60.775 469
		por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1932	154.008 1.191
		por abandono definitivo da escola durante 1933	78.607 610
		por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1933	225.915 1.747
		por abandono definitivo da escola durante 1934	30.204 233
		por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1934	43.032 336

		Números absolu- tos	Números represen- tativos
Dos quais, (concl.)	não esco- larizados (concl.)		
	por abandono definitivo da escola durante 1935	18.902	146
	por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1935	33.545	259
	por abandono definitivo da escola durante 1936	3.349	26
	por abandono da escola ao térmo do ano letivo de 1936	5.219	39
	prontos pela escola	147.075	1.140
	- aprovados no 3º ano em 1934	76.300	591
	- aprovados no 3º ano em 1935	58.478	453
	- aprovados no 3º ano em 1936	12.297	96
	escolarizados	1.743	14

Dos últimos:

Abandonaram a escola durante o ano (repetentes da 3ª série)	245	2
Mantiveram-se inscritos até o fim do ano (repeten- tes da 3ª série)	1.498	12

Dos quais:

Não foram aprovados e abandonaram a escola	512	4
Foram aprovados	986	8

14.

O quadro seguinte recapitula abreviadamente, para os escola-
rizados do grupo de 10.000, representativo da geração considerada, os
resultados do tirocínio escolar que o parágrafo precedente caracteri-
za:

Especificação		S é r i e s			
		1ª	2ª	3ª	Total
Em 1932	Matrícula geral	6.371	-	-	6.371
	Matrícula efetiva	5.454	-	-	5.454
	Aprovações	1.533	-	-	1.533

Especificação			S é r i e s			
			1ª	2ª	3ª	Total
Em 1933	Matrícula geral	Novos	-	(1) 1.935	-	1.935
		Repetentes	2.705	-	-	2.705
		Total	2.705	1.935	-	4.640
	Matrícula efetiva	Novos	-	1.579	-	1.579
		Repetentes	2.324	-	-	2.324
		Total	2.324	1.579	-	3.903
	Aprovações	Novos	-	953	-	953
		Repetentes	875	-	-	875
		Total	875	953	-	1.828
Em 1934	Matrícula geral	Novos	-	816	(2) 1.052	1.868
		Repetentes ...	-	357	-	357
		Total	-	1.173	1.052	2.225
	Matrícula efetiva	Novos	-	691	893	1.584
		Repetentes ...	-	303	-	303
		Total	-	994	893	1.887
	Aprovações	Novos	-	427	597	1.024
		Repetentes ...	-	187	-	187
		Total	-	614	597	1.211
Em 1935	Matrícula geral	Novos	-	-	(3) 707	707
		Repetentes ...	-	157	180	337
		Total	-	157	887	1.044
	Matrícula efetiva	Novos	-	-	598	598
		Repetentes ...	-	133	153	286
		Total	-	133	751	884
	Aprovações	Novos	-	-	364	364
		Repetentes ...	-	75	93	168
		Total	-	75	457	532
Em 1936	Matrícula geral	Novos	-	-	(4) 85	85
		Repetentes ...	-	-	91	91
		Total	-	-	176	176
	Matrícula efetiva	Novos	-	-	73	73
		Repetentes ...	-	-	76	76
		Total	-	-	149	149
	Aprovações	Novos	-	-	47	47
		Repetentes ...	-	-	49	49
		Total	-	-	96	96

Especificação			S é r i e s			
			1ª	2ª	3ª	Total
Em 1937	Matrícula geral	Novos	-	-	-	-
		Repetentes	-	-	14	14
		Total	-	-	14	14
	Matrícula efetiva	Novos	-	-	-	-
		Repetentes	-	-	12	12
		Total	-	-	12	12
	Aprovações	Novos	-	-	-	-
		Repetentes	-	-	8	8
		Total	-	-	8	8

(1) Inclusive 402, dos evadidos em 1932, que reingressaram na escola. -
 (2) Inclusive 99, dos evadidos anteriormente, que reingressaram na escola. - (3) Inclusive 93, dos evadidos anteriormente, que reingressaram na escola. - (4) Inclusive 10, dos evadidos anteriormente que reingressaram na escola.

15.

Depois de assim havermos estudado o desenvolvimento e o ritmo descontrolados do tirocínio escolar da turma que estamos acompanhando, importa examinar sinteticamente cada uma das ocorrências referidas.

Comecemos pelo obituário.

Não é grande o contingente dos alunos desaparecidos durante o período em que se desenvolve o tirocínio escolar da respectiva turma.

É o que mostram os seguintes números:

A n o s	O b i t u á r i o				
	Do grupo de 3.629 infantes que não tiveram contacto com a escola	Do grupo de 6.371 infantes que foram escolarizados			T o t a l
		Falecimentos de escolares	Falecimentos de ex-escolares	Soma	
1932 ...	20	36	-	36	56
1933 ...	16	20	7	27	43
1934 ...	14	9	17	26	40
1935 ...	14	4	20	24	38
1936 ...	14	1	23	24	38
1937 ...	14	-	24	24	38
Total ..	92	70	91	161	253

Por onde vemos que o grupo inicial de 10.000 crianças da geração escolar de 1932 mantinha o efetivo, em fins de 1937, - isto é, ao termo do seu tirocínio escolar, - de 9.747, tendo sofrido uma redução total de 2,53%.

16.

Outro aspecto a considerar é o do volume, ao termo de cada ano, do sub-grupo efetivamente escolarizado, em comparação com o efetivo de sobreviventes do sub-grupo que inicialmente procurara a escola.

Eis êsses números, entre os quais os "efetivos reais", no fim do ano representam a "matrícula efetiva", - desta, porém, deduzidas não só as aprovações no 3º ano como também as evasões subsequentes aos exames, - enquanto os efetivos que exprimem a "evasão real" correspondem ao líquido da evasão, em cada ano, isto é, aos sobreviventes não aprovados no 3º ano e não escolarizados, já excluídos, por conseguinte, não só os evadidos e os falecidos anualmente, mas ainda as unidades canceladas em virtude de reingresso no ano seguinte, contingente, êste último, que explica a pequena regressão verificada nos algarismos da tabela.

Anos	Dedução dos efetivos virtuais (sobreviventes não aprovados no 3º ano)					Efetivos reais no fim do ano	Evasão real acumulada (no decorrer dos anos letivos) em relação ao efetivo líquido do grupo no fim de cada ano	
	No início do ano	Obituario do ano	No fim do ano	Aprovações no 3º ano	Líquido		Absoluta	Relativa (%)
1932 ..	6.371	36	6.335	-	6.335	4.640	1.695	26,76
1933 ..	6.335	27	6.308	-	6.308	2.225	4.083	64,73
1934 ..	6.308	26	6.282	597	5.685	1.044	4.641	81,64
1935 ..	5.685	22	5.663	457	5.206	176	5.030	96,62
1936 ..	5.206	20	5.186	96	5.090	14	5.076	99,72
1937 ..	5.090	20	5.070	8	5.062	0	5.062	100,00

17.

Vê-se pelo quadro precedente que o total de evadidos, sobreviventes no fim de 1937, subiu a 5.062, ou 79,45% do grupo que inicialmente procurara a escola. Mas se juntarmos a estes sobreviventes evadidos, os remanescentes do grupo que não foi atraído a escola ou não a teve ao seu alcance, o que perfaz o efetivo de 8.599, a respectiva percen

tagem em relação aos sobreviventes do grupo total considerado, que são apenas 9.747, e de 88,22%.

Aí está a expressão do contingente dos pequenos brasileiros pertencentes à geração escolar de 1932 que ultrapassaram a idade do tirocínio escolar sem haver recebido do Estado aquela assistência educativa que lhes era devida, a um só tempo por direito de cidadania e dever de humanidade, como lastro cultural mínimo em face das exigências da vida moderna. Particularmente significativo, sem dúvida, êsse índice, pois revela o grau de ineficiência da escola primária a que o país tem confiado os fundamentos da educação nacional, tanto vale dizer, os seus destinos.

Essa escola abrigou, em 1932, nada menos de 63,71% do efetivo teórico do seu discipulado na 1ª série. Dois terços quasi, veja-se bem, computados aqui - não todos os que ela poderia ter acolhido por se acharem na área escolarizada - mas apenas os que a procuraram espontaneamente. Entretanto, pela sua inacreditável incapacidade social e pedagógica, deixou a escola brasileira sem aquele mínimo de educação a quem do qual sua obra não tem sentido, nada menos de 88,22% da geração escolar a que em 1932 abriu as suas portas. Ou, em outros termos. Podendo estar educando, desde 1932, nunca menos de 63,71% das crianças a escolarizar cada ano, apenas conseguiu dar (e pouco mais estará fazendo atualmente) a precaríssima educação de três anos que a opinião pública bem conhece, a 1.158 infantes do grupo representativo sob exame, o que corresponde a um resultado global de 11,58% da geração escolar considerada, ou 18,18% do efetivo realmente escolarizado naquele ano. E lembremo-nos ainda de que essas 1.158 crianças aprovadas no 3º ano do curso, se já não são mais do que 18,18% dos infantes (do grupo considerado) que efetivamente lograram um lugar na escola, reduzem-se ainda, pelo obituário ulterior até 1932 inclusive, a 1.148, ou apenas 18,02% do grupo originariamente escolarizado em 1932, ou ainda 22,64% do efetivo líquido dêsse mesmo grupo ao encerrarem os seus últimos elementos o respectivo tirocínio escolar.

Querendo-se, porém, apreciar mais detalhadamente a evasão que o cotejo anterior nos aponta (a evasão ocorrida e não a sobrevivência dos evadidos), podemos computá-la, como se vê na tabela seguinte, onde se fixam para cada ano, e segundo a situação escolar que ocupavam, não só os evadidos no decurso do ano letivo, mas ainda os que ao termo dêste não prosseguiram no ano imediato a carreira escolar. Nessa tabela, os números afetados do sinal menos (-) exprimem os contingentes que cancelaram em parte o movimento de evasão considerado.

Movimento anual de cancelamento ou não renovação de matrícula na geração escolar considerada, relativamente a um curso uniforme de 3 anos

A n o s, S é r i e s e C a t e g o r i a s		Ocorrências com os 6.371 infantes efetivamente escolarizados, do grupo de 10.000, representativo do efetivo teórico dos novos alunos em 1932										
		Durante o ano (diferença entre a matrícula geral e a matrícula efetiva)			No fim do ano (em relação à matrícula real no ano seguinte)			T o t a l				
		Óbi- tos	Eva- sões	Soma	Evasões		Apro- vações no 3º ano	Soma	Óbi- tos	Eva- sões	Apro- vações no 3º ano	To- tal
					Quanto aos que deviam ser a- lunos repe- novos tir a na sé- rie su- perior	Quanto aos que deviam repe- novos tir a mesma série						
1		2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<u>Em 1932</u>												
1ª Série (novos)		36	881	917	(1) 2402	1.216	-	814	36	1.695	-	1.731
<u>Em 1933</u>												
1ª Série (repetentes)		12	369	381	59	(2) 1.449	-	1.508	12	1.877	-	1.889
2ª Série (novos)		8	348	356	(1) -99	269	-	170	8	518	-	526
Total		20	717	737	-40	1.718	-	1.678	20	2.395	-	2.415
<u>Em 1934</u>												
2ª Série (novos, ant. repet. da 1ª) ...		3	122	125	-65	107	-	42	3	164	-	167
2ª Série (repetentes)		1	53	54	(1) -28	(2) 116	-	88	1	141	-	142
3ª Série (novos)		5	154	159	-	116	597	713	5	270	597	872
Total		9	329	338	-93	339	597	843	9	575	597	1.181

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<u>Em 1935</u>											
2ª Série (repet., ant. repet. também da 1ª série)	-	24	24	(1)-10	58	-	48	-	72	-	72
3ª Série (novos, ant. repet. da 1ª série)	2	74	76	-	100	253	353	2	174	253	429
3ª Série (novos, ant. repet. da 2ª série)	1	32	33	-	43	111	154	1	75	111	187
3ª Série (repet.)	1	26	27	-	60	93	153	1	86	93	180
Total	4	156	160	-10	261	457	708	4	407	457	868
<u>Em 1936</u>											
3ª Série (novos, ant. repet. tanto da 1ª como da 2ª série)	1	11	12	-	12	47	59	1	23	47	71
3ª Série (repet., ant. repet. também da 1ª série)	-	10	10	-	19	34	53	-	29	34	63
3ª Série (repet., ant. repet. também da 2ª série)	-	5	5	-	8	15	23	-	13	15	28
Total	1	26	27	-	39	96	135	1	65	96	162
<u>Em 1937</u>											
3ª Série (repet., ant. repet. também da 1ª e da 2ª séries)	-	2	2	-	4	8	12	-	6	8	14
<u>Resumo</u>											
Total geral	70	2.111	2.181	-545	3.577	1.158	4.190	70	5.143	1.158	6.371
I 1932	36	881	917	-402	1.216	-	814	36	1.695	-	1.731
Segundo 1933	20	717	737	-40	1.718	-	1.678	20	2.395	-	2.415
os anos 1934	9	329	338	-93	339	597	843	9	575	597	1.181
1935	4	156	160	-10	261	457	708	4	407	457	868
1936	1	26	27	-	39	96	135	1	65	96	162
1937	-	2	2	-	4	8	12	-	6	8	14

		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
II	Segundo as séries	1ª Série	48	1.250	1.298	-343	2.665	-	2.322	48	3.572	-	3.620
		2ª Série	12	547	559	-202	550	-	348	12	895	-	907
		3ª Série	10	314	324	-	362	1.158	1.520	10	676	1.158	1.844
Novos ...	1ª Série	36	881	917	-402	1.216	-	814	36	1.695	-	1.731	
	2ª Série	11	470	481	-164	376	-	212	11	682	-	693	
	3ª Série	9	271	280	-	271	1.008	1.279	9	542	1.008	1.559	
III	Segundo o tiro-cínio escolar	Apenas da 1ª série	12	369	381	59	1.449	-	1.508	12	1.877	-	1.889
		Apenas da 2ª série	1	53	54	-28	116	-	88	1	141	-	142
		Apenas da 3ª série	1	26	27	-	60	93	153	1	86	93	180
		Da 1ª e 2ª séries	-	24	24	-10	58	-	48	-	72	-	72
		Da 1ª e 3ª séries	-	10	10	-	19	34	53	-	29	34	63
		Da 2ª e 3ª séries	-	5	5	-	8	15	23	-	13	15	28
		Das 3 séries	-	2	2	-	4	8	12	-	6	8	14
		Soma	14	489	503	21	1.714	150	1.885	14	2.224	150	2.388

(1) Retorno de antigos alunos da geração escolar considerada, do grupo mais recentemente evadido e que com menor interrupção do curso poderia fornecer esse contingente (vide pressuposto do cálculo), - alunos esses que se teriam rematriculado, sem a aprovação de regra, na série imediata do ano seguinte. - (2) Por não se considerarem as duplas repetências (ver pressuposto).

18.

Essa minimidade do rendimento escolar não é, certamente, um fenômeno peculiar ao Brasil. Poderíamos demonstrar facilmente que êle se observa em proporções alarmantes em muitas outras nações.

O Prof. Everardo Backheuser, em brilhante artigo publicado, faz pouco, no Jornal do Comércio, sob o título "A política educacional argentina e a reforma Coll", mostrou, com excelente documentação, quanto o rendimento da escola primária ainda deixa a desejar na República Argentina, constituindo o fato objeto de sérias preocupações para os seus dirigentes.

Exemplificando com a turma inscrita na 1ª série primária em 1924, mostra o erudito publicista como a deserção ainda é compacta na próspera Nação platina, pois aquela grande massa, abrangendo inicialmente 630.713 discentes, só dá às séries subsequentes os seguintes discípulos, alarmantemente decrescentes:

- 2ª série, em 1925	299.326
- 3ª série, em 1926	175.504
- 4ª série, em 1927	112.395
- 5ª série, em 1928	67.004
- 6ª série, em 1929	49.635

"Desertam, pois, ao estudo - conclue o Prof. Backheuser - para mais de 580.000 alunos. Colossal!"

Situação análoga na vizinha República Oriental.

Na excelente monografia "Sobre nossa cultura popular" (Anales de Instruccion Primária, editado pela Direccion de Enseñanza primária e normal - Montevideo), o emérito educacionista uruguaio, Prof. Júlio Castro, argutamente refere-se ao mesmo fato na sua adiantada pátria, apresentando um documentado estudo do qual constam cifras impressionantes.

"De modo que - diz o ilustre publicista, a pg. 77 do seu trabalho - em 50 escolas urbanas, tomadas ao acaso, 50%, aproximadamente, dos alunos, não superarão o ensino do 1º ano."

E acrescenta:

"Em um trabalho sobre o ensino no meio rural, o Sr. Roberto Abadie Soriano transcreve a opinião de algumas pessoas, em geral técnicos do ensino, que afirmam o mesmo fato."

Assim postas em presença essas duas realidades, positiva em seguida suas conclusões:

"Comparando em uma série de anos o número de alunos de esco

las urbanas que ingressam no 1º ano com os egressos do 6º, verifica-se que na proporção aproximada de 80% abandonaram a escola nas séries intermédias, não completando o ciclo do ensino primário.

"E se se compara o 1º com o 4º encontra-se que uns 45% somente, dos alunos, chegam a cursar esta última série.

"Na realidade um aluno do 4º ano já está a salvo do analfabetismo. Poder-se-ia estimar, pois, em grosso, que a escola, devido à deserção infantil, é eficaz - isto é, proporcionando uma cultura primária elementar mas efetiva - em relação a 50% dos alunos que nela ingressam.

"Dos 50% restantes pode-se dizer que irão formar a multidão dos que sabem "ler, escrever e fazer contas", mas que não têm nessa cultura elementar uma base para a formação de sua personalidade, ou retrogradarão para cair novamente no analfabetismo."

Do outro lado dos Andes, a situação poderá bem ser aferida pelo que se passa na adiantada nação chilena.

No volume correspondente aos dois primeiros trimestres de 1939 (ns. 33 e 34, 3ª Série) dos "Anales de la Universidad de Chile", encontra-se uma extensa nota bibliográfica sobre a "Historia de la enseñanza en Chile", da Sra. Amanda Labarca. Nessa nota alude-se, quanto a ano recente mas que não está indicado - um quadro da obra em exame (aliás editada pela Universidade do Estado e comentada com largos elogios), em o qual - falam as próprias palavras do autor do artigo, o Sr. Francisco Walkes Linhares - "se comprova que a instrução primária é recebida pelos alunos em forma mui insuficiente, pois de u'a matrícula de 557.388 escolares, 241.779 cursavam o primeiro ano, e só 26.218 o sexto, o que significa que apenas um pouco mais de dez por cento dos alunos chega ao térmo dos estudos." E o resumo do comentador, depois de acrescentar que "os noventa por cento restantes abandonam a escola por motivos econômicos, de negligência, etc.", conclue constatando que "de dez mil chilenos somente 61 pessoas terminam o curso primário."

Vistos êstes três expressivos exemplos, podemos bem dizer que a deserção escolar é um fenômeno ainda muito intenso e mais ou menos generalizadamente observável entre as Nações americanas.

Mas no Brasil, como o demonstram os números que estamos comentando, a situação ainda é bem mais sombria do que a verificada entre as três adiantadas Repúblicas do sul do Continente. E a gravidade desse aspecto da vida brasileira exige da estatística um depoimento mais positivo e mais detalhado.

Cumpre obtê-lo.

fundamental comum, devemos focalizar, primeiro, em sentido amplo, a obra educativa realizada, independentemente das aprovações.

Vamos ver, pois, do grupo considerado, quantas crianças estiveram em condições de receber todo o ensino de três séries ou apenas parte dele, e qual a parte que efetivamente beneficiou a cada sub-grupo. E para isso vamos liberalmente assentar que os alunos que abandonaram a escola se devem considerar como tendo recebido o ensino da série em que estavam inscritos, da seguinte forma:

- pela metade, - se se retiraram no decurso do ano letivo ou no fim do ano sem terem logrado aprovação;
- totalmente, - se se retiraram depois de aprovados nas respectivas provas.

Nessas condições, mediremos o aproveitamento nas seguintes frações do ensino ministrado em três séries:

1/2 da 1ª série = 1/6

toda a 1ª série = 1/3

1/2 da 2ª série = 1/2

toda a 2ª série = 2/3

1/2 da 3ª série = 5/6

toda a 3ª série = 1 (integral)

Assim sendo, temos os seguintes números, exprimindo o aproveitamento (total ou parcial) dos 6.371 alunos do grupo representativo, que se matricularam como novos no 1º ano em 1932, mas sem computar o obituário ulterior dos evadidos:

Aproveitamento obtido Motivo e ocasião do cancelamento da matrícula		Alunos que tiveram seu tirocínio escolar encerrado						Total
		Em 1932	Em 1933	Em 1934	Em 1935	Em 1936	Em 1937	
1/6 do curso	Por morte	36	12	-	-	-	-	48
	Por cancelamento de matrícula							
	Durante o ano letivo	479	369	-	-	-	-	848
	Depois dos exames	1.216	1.449	-	-	-	-	2.665
	Soma	1.695	1.818	-	-	-	-	3.513
	Total	1.731	1.830	-	-	-	-	3.561

(Continuação)

Aproveitamento obtido Motivo e ocasião do cancelamento da matrícula		Alunos que tiveram seu tirocínio escolar encerrado						
		Em 1932	Em 1933	Em 1934	Em 1935	Em 1936	Em 1937	Total
1/3 do curso	Por morte	-	-	-	-	-	-	-
	Por { Durante o ano cance- letivo	-	-	-	-	-	-	-
	lame- { Depois dos e- to de xames	-	59	-	-	-	-	59
	matrí- { Soma	-	59	-	-	-	-	59
	cula	-	59	-	-	-	-	59
1/2 do curso	Total	-	59	-	-	-	-	59
	Por morte	-	8	4	-	-	-	12
	Por { Durante o ano cance- letivo	-	249	82	14	-	-	345
	lame- { Depois dos e- to de xames	-	269	223	58	-	-	550
	matrí- { Soma	-	518	305	72	-	-	895
2/3 do curso	cula	-	518	305	72	-	-	895
	Total	-	526	309	72	-	-	907
	Por morte	-	-	-	-	-	-	-
	Por { Durante o ano cance- letivo	-	-	-	-	-	-	-
	lame- { Depois dos e- to de xames	-	-	-	-	-	-	-
5/6 do curso	matrí- { Soma	-	-	-	-	-	-	-
	cula	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-
	Por morte	-	-	5	4	1	-	10
	Por { Durante o ano cance- letivo	-	-	154	132	26	2	314
Resumo do apro- veita- mento parcial	lame- { Depois dos e- to de xames	-	-	116	203	39	4	362
	matrí- { Soma	-	-	270	335	65	6	676
	cula	-	-	270	335	65	6	676
	Total	-	-	275	339	66	6	686
	Por morte	36	20	9	4	1	-	70
Resumo do apro- veita- mento parcial	Por { Durante o ano cance- letivo	479	618	236	146	26	2	1.507
	lame- { Depois dos e- to de xames	1.216	1.777	339	261	39	4	3.636
	matrí- { Soma	1.695	2.395	575	407	65	6	5.143
	cula	1.695	2.395	575	407	65	6	5.143
	Total	1.731	2.415	584	411	66	6	5.213

(Conclusão)

Aproveitamento obtido Motivo e ocasião do cancelamento da matrícula			Alunos que tiveram seu tirocínio escolar encerrado						
			Em 1932	Em 1933	Em 1934	Em 1935	Em 1936	Em 1937	Total
Aprovei- tamento integral (aprov. na 3ª série)	Por morte		-	-	-	-	-	-	-
	Por cance- lamen- to de matrí- cula	Durante o ano letivo	-	-	-	-	-	-	-
		Depois dos e- xames	-	-	597	457	96	8	1.158
		Soma	-	-	597	457	96	8	1.158
	Total		-	-	597	457	96	8	1.158
Resumo geral	Por morte		36	20	9	4	1	-	70
	Por cance- lamen- to de matrí- cula	Durante o ano letivo	479	618	236	146	26	2	1.507
		Depois dos e- xames	1.216	1.777	936	718	135	12	4.794
		Soma	1.695	2.395	1.172	864	161	14	6.301
	Total		1.731	2.415	1.181	868	162	14	6.371

20.

Devemos ver agora o aspecto complementar dêste. Isto é, cumpre examinar a constituição do grupo que aproveitou integralmente o ensino, e distribuir seus elementos segundo as condições do tirocínio escolar.

Completaram o curso de 3 anos:

	Em 1934	Em 1935	Em 1936	Em 1937	Total
Sem repetir nenhuma série	597	-	-	-	597
Tendo repetido apenas uma série	-	457	-	-	457
Sendo:					
a 1ª	-	253	-	-	253
a 2ª	-	111	-	-	111
a 3ª	-	93	-	-	93
Tendo repetido 2 séries	-	-	96	-	96
Sendo:					
a 1ª e a 2ª	-	-	47	-	47
a 1ª e a 3ª	-	-	34	-	34
a 2ª e a 3ª	-	-	15	-	15

	Em 1934	Em 1935	Em 1936	Em 1937	Total
Tendo repetido as 3 séries	-	-	-	8	8
Total	597	457	96	8	1.158
do total de aprovados	61,11	32,65	5,83	0,41	100,00
ou % dos que procuraram a escola em 1932	9,37	7,17	1,51	0,13	18,18
de todo o grupo de 10.000, consi- derado	5,97	4,57	0,96	0,08	11,58

21.

Outro aspecto a examinar no aproveitamento dos sacrifícios feitos pela Nação para custear o seu aparelho de ensino primário é o do rendimento em termos de alfabetização.

Para fundamentar nossas conclusões relativamente a êsse aspecto, fixemos previamente, no seguinte quadro, os quantitativos de alunos preparados e sobreviventes, no grupo representativo considerado, segundo os seis tipos de aproveitamento anteriormente discriminados:

Categorias de aproveitamento escolar	Efeti- vos bru- tos	Falecimentos no período do total de escolariza- ção do grupo			Efeti- vos líqui- dos em fins de 1937	Por 100 dos sobreviventes	
		De esco- lares	De ex-es- cola- res	Total		Do grupo total de 10.000	Do sub- grupo escola- rizado de 6.371
1/6 ou mais (a)	6.371	70	91	161	6.210	63,71	100,00
Apenas 1/6 (b) ...	3.561	48	64	112	3.449	35,38	55,54
1/3 ou mais (a-b=c)	2.810	22	27	49	2.761	28,33	44,46
Apenas 1/3 (d) ...	59	-	-	-	59	0,61	0,95
1/2 ou mais (c-d=e)	2.751	22	27	49	2.702	27,72	43,51
Apenas 1/2 (f) ...	907	12	10	22	885	9,08	14,25
2/3 ou mais (e-f=g)	1.844	10	17	27	1.817	18,64	29,26
Apenas 2/3 (h) ...	-	-	-	-	-	-	-
5/6 ou mais (g-h=i)	1.844	10	17	27	1.817	18,64	29,26
Apenas 5/6 (j) ...	686	10	6	16	670	6,87	10,79
Integral (i-j)	1.158	-	11	11	1.147	11,77	18,47

Assentados êsses números e bem vistas as cousas, a obra alfabetizante da nossa escola primária teria que ser medida exatamente pelas aprovações no 3º ano. Porque, a rigor, não pode ela fazer, em um currículum de três anos, mais do que uma simples alfabetização educativa (permita-se-nos a expressão), - tais as condições em que está organizada e em que funciona.

Ora, o nosso aparelho de ensino elementar, havendo conseguido aprovar no 3º ano 1.158 alunos do grupo representativo estudado (ou 11,58% da geração escolar que à escola primária cumpriria chamar aos seus quadros em 1932), teria realizado um trabalho de alfabetização expresso pela taxa de 11,78%, correspondente à relação entre os sobreviventes dessa turma (1.148) e o efetivo sobrerrestante àquela geração ao deixarem a escola os seus últimos elementos (9.747).

Se, porém elastecendo-se o conceito da alfabetização, computarmos como alfabetizados os sobreviventes de todos os beneficiários de 2/3 ou mais do ensino primário de 3 anos (1.817), já contaremos então, entre os remanescentes da geração estudada, nada menos de 18,64% sabendo ler e escrever.

Preferindo-se, entretanto, o padrão mais compreensivo possível, chegaremos a admitir que a nossa escola primária tenha conseguido ensinar a escrita e a leitura a todos os discentes que lograram aprovação no seu 1º ano (2.810 no grupo considerado, dos quais sobreviveram 2.761), êstes, ainda assim, não ultrapassando o limite de 44,46% dos escolarizados sobreviventes ao terminar todo o grupo seu tirocínio escolar. Colocada a observação em tais termos, a geração sob exame, no seu todo, teria deixado os bancos escolares contando 28,33% de adolescentes capazes de ler e escrever. Taxa essa (desejamos anotá-lo aqui) bem inferior à de 38,54% que em outro estudo havíamos encontrado - aliás, já segundo um critério de excessiva elasticidade, e levando em conta um presumido fator que os dados estatísticos não confirmaram depois de definitivamente revistos, - para a tendência do alfabetismo realizado por obra da escola fundamental comum, no seio da população brasileira adulta.

Serão acaso confortadores êsses resultados? Se isto indica um nível mais ou menos estável e que só insensivelmente se terá modificado para melhor em relação às gerações seguintes, estará atendendo os interesses do país essa incorporação anual à comunidade social, de novas gerações apresentando tão baixo teor de cultura? ou, ao contrário, com isso - e por isso - estará a Nação resvalando, em plano inclinado, para um futuro dos mais sombrios?

Não é difícil a resposta. Basta considerar que, das três taxas referidas - exprimindo todas, como exprimem, sob determinados pontos de vista, a tendência do nível do alfabetismo no seio da população adulta - qualquer delas é inferior à taxa de 35,06%, correspondente ao efetivo dos alfabetizados (6.155.567) que o recenseamento de 1920 encontrou entre os habitantes de 15 e mais anos (17.557.282).

E o que se contém na dolorosíssima verdade que daí decorre? Isto: se não fora a alfabetização do ensino supletivo, combinada com a

instrução que o lar - realizando, aliás, notável obra educativa - ainda proporciona em larga escala às crianças brasileiras; - se, por conseguinte, tivesse o Brasil o preparo das suas novas gerações confiado exclusivamente à escola de ensino fundamental comum que os seus governos lhe conseguiram dar, - encontrar-se-ia êle neste momento em regressão cultural, mantendo-se francamente ascencional a sua curva de analfabetos - tanto a absoluta como a relativa. Tal acontecendo - ainda que pareça um paradoxo - não "por falta de escolas" mas "por falta de ensino", pois as nossas escolas deixam-se esvasiar de alunos, esvasiando-se, por conseguinte, do seu verdadeiro sentido social.

Por onde se vê que a escola primária brasileira - infelizmente, dolorosamente e perigosamente - ainda está bem longe de retribuir em justa medida o sacrifício que sua manutenção exige da comunidade nacional, e, por outro lado, de salvaguardar os interesses vitais que lhe estão confiados.

21.

Para completar nosso estudo, convém examinar êsses resultados em termos de valor ou de custeio.

Sendo muito laboriosa a determinação do custo em função das despesas efetivas de cada ano calendário, pode-se, sem prejuízo, simplificar o problema mediante uma substituição perfeitamente lógica.

É razoável, sem dúvida alguma, o ponto de vista segundo o qual consideremos a despesa com o ensino primário, em determinado ano, como expressão do sacrifício financeiro que a coletividade se prontificou a fazer para dar a instrução elementar ao grupo de crianças que pela primeira vez procuraram a 1ª série desse ensino no dito ano. A substituição assim realizada corresponde a considerar o total dessa verba "em ser", para que do seu quantitativo vão sendo sacadas, cada ano, as importâncias necessárias à obra educativa empreendida com relação ao aludido grupo.

Em 1932, União, Estados e Municípios reservaram ao custeio do ensino primário geral 170.000 contos (em números redondos).

Essa verba cobria o ensino público nos ramos - pré-primário (maternal e infantil), fundamental (comum e supletivo) e complementar (pré-vocacional e vocacional), excluindo, porém, as despesas da administração central e serviços gerais.

Se se tiver em vista, assim, que o contingente largamente preponderante no discipulado a que correspondem essas despesas é o que se destina a fazer um curso de 3 anos, ficando a parte restante distribuída por dois outros contingentes, um destinado a cursos de um e dois anos e o outro a cursos de 4 a 5 anos, - o que torna somenos o erro se considerado todo o discipulado destinado a um curso de 3 anos;

considerando, também, que o total da despesa pode ser atribuído ao ensino fundamental comum, pois a importância assim acrescida, embora destinada de fato a outros ensinos (pré-primário, fundamental supletivo e complementar), é compensada pela quota - não computada - das despesas com a administração central e despesas gerais;

considerando que podemos dessa forma, fixar a quota média de 251\$520 por aluno a educar no ensino público, quota essa igual ao quociente de 170.000 contos por 675.890 alunos da geração de 1932 escolarizados como "novos" no 1º ano do dito ensino;

considerando, ainda, que o ensino particular, por aluno, deve ficar à economia nacional (seja a cargo dos pais, de bemfeitores ou de associações de assistência) em quantia mais ou menos equivalente ao custo médio no ensino público;

considerando, porém, que a despesa média para a educação de um aluno - achando-se o aparelho escolar montado para fazer face a todas as eventualidades do tirocínio escolar do seu discipulado - não deve variar em razão do maior ou menor tempo de escolarização de cada aluno no pronto;

considerando, finalmente, que se consegue assim uma grande simplificação no cálculo que a matéria comporta, e de acordo com uma premissa perfeitamente aceitável, a saber, a de que a quota média uniforme já contenha o quantum necessário - funcionando de certo modo à guisa de taxa de seguro - para cobrir a eventual repetição de uma ou outra das séries, ou mesmo de duas delas ou até de todas três;

tudo isto presente, temos que, no ano em apêço:

- pela quota média de 251\$520 por aluno novo no 1º ano (no ensino público), estendida ao ensino particular, a despesa reservada para a educação das 823.159 crianças chamadas à escola em 1932, montou a 207.041 contos de réis;

- e no grupo representativo neste estudo considerado, a quota reservada pela economia nacional para a educação das 6.371 crianças inscritas como novos alunos no 1º ano, subiu a 1.602 contos, em números redondos.

É claro, entretanto, que se a escola assim mantida não deu o ensino de 3 anos a todos os 823.159 alunos inscritos (representados no grupo estudado por 6.371), tal despesa não foi integralmente aproveitada. E a quanto monta então o prejuízo que a Nação sofreu com esse não aproveitamento?

Limitemos o nosso cálculo ao grupo considerado, cuja quota - parte do dispêndio total acima referido foi, como vimos, de 1.602 contos. Deduzida dessa quantia a parte aproveitada, a taxa respectiva per

mitirá deduzir a correspondente parcela dos 207.041 contos do dispêndio total.

Sendo de 251\$520 a quota média para a educação de um aluno, é óbvio que meio ano de aproveitamento escolar vale 1/6 daquela quantia, ou 41\$920. E assim para os vários tipos de aproveitamento, acima admitidos, temos os seguintes valores:

	Valor do aproveitamento de cada aluno
Metade do 1º ano (1/6)	41\$920
Todo o 1º ano (2/6 = 1/3)	83\$840
Metade do 2º ano (3/6 = 1/2)	125\$760
Todo o 2º ano (4/6 = 2/3)	167\$680
Metade do 3º ano (5/6)	209\$600
Todo o 3º ano (6/6 = 1)	251\$520

E, portanto, a importância de 1.602 contos reservada para a educação dos 6.371 alunos do grupo representativo que estamos considerando, tem as suas quotas de aproveitamento e não aproveitamento assim quantificadas:

Alunos que aproveitaram:		Número	I m p o r t â n ç i a s (contos de réis)		
			Apro- veitadas	Não apro- veitadas	Total
Apenas o 1º ano	incompletamente	3.561	149	747	896
	completamente	59	5	10	15
Até o 2º ano	incompletamente	907	114	114	228
	completamente	-	-	-	-
Até o 3º ano	incompletamente	686	144	28	172
	completamente	<u>1.158</u>	<u>291</u>	<u>-</u>	<u>291</u>
Total		6.371	703	899	1.602
Por 100		-	43,88	56,12	100,00

Estas últimas taxas revelam-nos que do dispêndio total de 207.041 contos, acima fixado, foram proveitosamente gastos apenas ... 90.850, constituindo os 116.191 restantes um sacrifício exigido da coletividade em pura perda.

22.

Todavia, em se pretendendo saber qual o dispêndio realmente útil (ou que permaneceu proveitoso) com a educação do grupo em estudo, quando êste terminou seu tirocínio escolar, em fins de 1937, ha que considerar o obituário subsequente ao já computado, a saber, aquele que, para cada categoria de beneficiários da educação oferecida, foi ocorrendo até o término do período. Esse prejuízo contingente apresenta-se

com os seguintes números e valores:

Categorias de aproveitamento	Valor médio de 1 aluno na categoria	Cancelamentos por morte nos efetivos correspondentes às várias categorias de aproveitamento			Valores a cancelar no rendimento da obra escolar (Contos de réis)
		Óbitos de escolares	Óbitos de ex-escolares	Total	
1/6	41\$920	48	64	112	5
1/3	83\$840	-	-	-	-
1/2	125\$760	12	10	22	3
2/3	167\$680	-	-	-	-
5/6	209\$600	10	6	16	3
Integral	251\$520	-	11	11	3
Total	-	70	91	161	14

Por onde se vê que os valores sociais, em termos de educação elementar, que a escola primária realmente apresentou ao país quando a geração escolar ultrapassou toda ela o seu ciclo educativo, montaram apenas a 689 contos, ou 43,01% dos 1.602 contos reservados para a educação do grupo. E vindo a ser assim de 56,99% a taxa correspondente aos 913 contos da despesa inaproveitada, tem-se por meio dela a parcela de 117.993 contos - do dispêndio total de 207.041 - representando a despesa improdutiva em virtude dos dois fatores combinados - evasão e obituário.

23.

Mas será "aproveitamento", ou melhor, o "aproveitamento esperado" como utilidade social, êsse desigual tirocínio escolar custeado pelos 43,88% da despesa efetuada? Em outros termos: o prejuízo da Nação só se exprimirá pelos 56,12% da quantia que custeou uma possibilidade de ensino deixada integralmente sem proveito?

Evidentemente não.

O ensino de três anos é o "mínimo" que se pode considerar como obra educativa fundamental. E se êsse mínimo é ministrado nas péssimas condições que ainda são, infelizmente, a normalidade em quasi todo o nosso ensino primário, é óbvio que se não pode levar o optimismo até considerar reais valores sociais a êsses rudimentos de educação elementar que constituiram a única bagagem cultural com que se prepararam para enfrentar a vida 5.213 infantes, isto é, 52,13% do grupo de 10.000, representativo do discipulado teórico do 1º ano em 1932. E êsses infantes - que poderiam ter sido educados; mas não receberam o mínimo de edu-

cação que se lhes destinara, - somados aos 3.629 que ficaram sem escola, perfazem o coeficiente de 84,42% como expressão da quota-parte das crianças brasileiras que deviam ter sido chamadas à escola e, entretanto, não o foram, ou o foram para receber uma instrução abaixo do mínimo dos mínimos que a consciência coletiva poderia admitir como fundamento da educação nacional. Ou, noutra relação mais impressionante: aqueles .. 5.213 pequeninos brasileiros que praticamente mal passaram do pórtico da escola e não lhe puderam receber o diminuto influxo cultural ao seu alcance, são nada menos que 81,82% do grupo total chamado aos bancos escolares na geração sob estudo.

Efetivamente, se o Estado entende que o mínimo da educação primária é a que se dá e é assimilada com real aproveitamento em um curriculum de 3 séries, força é admitir que o nome de "educação" não lhe cabe o direito de dar - por que não têm real sentido de utilidade social - a essas tinturas culturais escalonadas abaixo daquele limite. E, por via de consequência, o fracasso da sua missão educativa não foi somente (sempre aludindo ao grupo representativo) em relação às 3.629 crianças que não conseguiram escola em 1932 e que em fins de 1937 eram em número de 3.537. Esse fracasso foi muito maior, porque está abaixo do limite mínimo de rendimento admitido o fruto do esforço educativo dispendido em face das 5.133 crianças que não foram aprovadas no 3º ano, dentre as sobreviventes da turma considerada, ao tempo em que esta terminou seu tirocínio escolar, isto é, em fins de 1937.

Mas, se é assim, o prejuízo da Nação, sobre os 1.602 contos destinados à educação de cada grupo de 6.371 crianças matriculadas pela primeira vez em 1932, não foi apenas de 899 contos, nem mesmo de 913 levando em conta o obituário - cifras que exprimem, como já vimos, um dispendio inteiramente inaproveitado. O prejuízo montou, sim, a 1.311 contos (ou 81,84%), pois apenas 291 contos ou 18,16% daquele quantitativo cobriram despesas verdadeiramente úteis, isto é, que prepararam elementos sociais portadores da educação fundamental necessária à vida individual e coletiva.

Ainda assim, êsses mesmos escassos 291 contos não foram integralmente úteis, pois 11 dos 1.158 alunos aprovados no 3º ano faleceram antes de haver a turma terminado seu tirocínio escolar. O que quer dizer que a comunidade social, em começo de 1938, só recebeu 1.147 adolescentes (11,47%) em cada 10.000 indivíduos da geração escolar de 1932, preparados para a vida por um ensino primário de 3 anos. A despesa com êsses alunos - a única efetivamente aproveitada, - foi de 288 contos, ou 17,98% dos 1.602 contos dispendidos para educar a turma originária, de 6.371 infantes.

Ou, para medir o fenômeno sob outro aspecto, referindo toda a despesa aos elementos realmente preparados: cada um dos 1.147 alunos

que concluíram o seu curso de 3 anos, e que deveria custar apenas 251\$520, custou realmente 1:396\$687, ou um pouco mais de cinco e meia vezes aquele quantitativo normal. E êsse excesso de 1:145\$167 por aluno, exprimindo o prejuízo unitário para a economia nacional, não sofreria senão insignificante rebate, a saber, precisamente de 13\$267 apenas, se se quizesse deduzir o acréscimo (verificado entre 1:396\$687 e 1:383\$420) que lhe traz o obituário dos aprovados no 3º ano até o termo do período de escolarização da sua turma, - fator êsse realmente contingente e não vinculado à eficiência da escola.

Ora, tal prejuízo, já tão vultoso sob o ponto de vista financeiro, muito mais avulta como índice, a um só tempo, do fracasso de uma imprescindível obra de governo e da permanência de um sombrio aspecto negativo na vida da República.

24.

Como já deixamos dito e repetido alhures, as advertências que os números aquí nos reproduziram, são de extrema severidade.

"O direito não socorre aos que dormem". Nem a estatística ...

A premunicação está formulada sem ambages.

Ouçam-na "os que tiverem ouvidos para ouvir". Como aouveiu, por exemplo, o ilustre brasileiro que brilhantemente dirige o Ensino Militar.

"É realmente impressionante" - palavras do General Pedro Calvanti em recente telegrama ao Chefe da Nação - "que entre mil candidatos (a um concurso de Auxiliar de Escrita) só 66 fossem habilitados. O problema da Instrução no Brasil ainda não teve solução e as gerações presentes pagarão caro tributo e amanhã a Nação sofrerá as consequências."

Não basta, entretanto, "ouvir os números". Algo mais é preciso: compreendê-los.

Mas "compreender" os números deve ter um sentido de vida e de ação, com tríplice alcance prático.

Primeiro, o de apreender-lhes as revelações, conseguindo-se por essa forma "idéias claras" sobre a situação, e o "conhecimento", em todos os seus termos e consequências, dos problemas a resolver.

Segundo, o de depreender as diretrizes que as relações numéricas sugerem, afim de articulá-las em um plano orgânico, totalitário mas flexível, que oriente a ação construtiva necessária.

Terceiro, o de empreender denodadamente, com pertinácia, vigilância e agilidade, o esforço construtivo que a situação caracteriza-

da exigir, e que as diretrizes assentadas viabilizarão certamente, se dan-
temão bem estudadas e cautelosamente conduzidas.

Possa a Sociedade Brasileira de Estatística contribuir, rea-
lizando nobremente o seu destino, para que a Nação tenha consciência de
quanto as sugestões dos números sôbre o nosso ensino primário são urgen-
tes e graves, e saiba enfrentar virilmente o mais severo dos seus deve-
res humanos e políticos.

:--:--:

DADOS REFERENTES À SITUAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM TODO O PAÍS

Unidades Federadas	População absoluta	Área em km ²	Densida- de demo- gráfica	Área es- colariz- ada em km ²	%	População escolar existente na área escolarizada		Alunos de 7 anos ma- triculados no ensino prim.fund. comum	%	Crianças de 7 anos não matri- culadas na área esco- larizada	%	Área não escolariz- ada em km ²	%	População escolar existente na área não escolarizada	
						De 7 a 14 anos (1)	De 7 anos (2)							De 7 a 14 anos	De 7 anos
Alagoas	1.221.080	28.571	42,74	9.826	34,39	56.015	9.242	5.870	63,51	3.372	36,49	18.745	65,61	188.201	31.053
Amazonas	443.904	1.825.997	0,24	9.934	0,54	72.968	12.040	5.732	47,61	6.308	52,39	1.816.063	99,46	15.813	2.609
Baía	4.265.074	529.379	8,06	20.214	3,82	205.101	33.842	21.197	62,64	12.645	37,36	509.165	96,18	647.914	106.906
Ceará	1.674.554	148.591	11,27	16.904	11,38	165.556	27.317	14.702	53,82	12.615	46,18	131.687	88,62	169.355	27.944
D. Federal	1.756.080	1.167	1.504,78	3.964	339,67	352.233	58.118	27.459	47,25	30.659	52,75	-	-	-	-
Esp. Santo	710.282	44.684	11,89	22.814	51,06	126.118	20.809	10.016	48,13	10.793	51,87	21.870	48,94	15.938	2.630
Goiás	756.030	660.193	1,15	5.384	0,82	54.400	8.976	4.174	46,50	4.802	53,50	654.809	99,18	96.806	15.973
Maranhão	1.190.123	346.217	3,44	6.234	1,80	69.435	11.457	5.590	48,79	5.867	51,21	339.983	98,20	168.590	27.817
Mato Grosso	373.514	1.477.041	0,25	7.338	0,50	40.349	6.658	7.138	-	-	-	1.469.703	99,50	34.354	5.668
Minas Gerais	7.706.847	593.810	12,98	92.526	15,58	711.770	117.442	54.971	46,81	62.471	53,19	501.284	84,42	829.599	136.884
Pará	1.541.619	1.362.966	1,13	28.516	2,08	137.613	22.706	14.102	62,11	8.604	37,89	1.334.450	97,92	170.711	28.167
Paraíba	1.398.966	55.920	25,02	15.706	28,08	141.051	23.273	13.731	59,00	9.542	41,00	40.214	71,92	138.742	22.892
Paraná	1.040.619	199.897	5,21	27.120	13,57	149.701	24.701	18.869	76,39	5.832	23,61	172.777	86,43	58.423	9.640
Pernambuco	3.010.118	99.254	30,33	21.848	22,01	406.259	67.033	22.522	33,60	44.511	66,40	77.406	77,99	195.765	32.301
Piauí	848.658	245.582	3,45	7.435	3,03	65.449	10.799	7.260	67,23	3.539	32,77	238.147	96,97	104.283	17.207
R. de Janeiro	2.074.192	42.404	48,91	31.516	74,32	397.961	65.664	31.290	47,65	34.374	52,35	10.888	25,68	16.877	2.785
R.G. do Norte	781.836	52.411	14,92	11.083	21,15	73.362	12.105	5.720	47,25	6.385	52,75	41.328	78,85	83.005	13.696
R. G. do Sul	3.119.211	285.289	10,93	119.397	41,85	479.103	79.052	75.045	94,93	4.007	5,07	165.892	58,15	144.739	23.882
Sta. Catarina	1.012.424	99.998	10,66	55.225	58,13	145.192	23.957	13.861	57,86	10.096	42,14	39.773	41,87	57.293	9.453
São Paulo	6.796.062	247.239	27,49	122.185	49,42	1.120.679	184.912	84.116	45,49	100.796	54,51	125.054	50,58	238.333	39.325
Sergipe	556.869	21.552	25,84	7.103	32,96	51.684	8.528	5.323	62,42	3.205	37,58	14.449	67,04	59.690	9.849
T. do Acre	117.089	148.027	0,79	1.128	0,76	7.062	1.164	509	43,73	655	56,27	146.899	99,24	16.356	2.699
B R A S I L	42.395.151	8.511.189	4,98	643.400	7,56	5.029.061	829.795	449.197	54,13	381.078	45,87	7.870.586	92,44	3.450.787	569.380

(1) Estimativa baseada na matrícula verificada em 1937

(2) Estimativa com aplicação da taxa 33%, proposta pelo Dr. M. A. Teixeira de Freitas.



Do - O autor, não obstante intitular ~~seu~~ trabalho de "Pensamentos sobre os cursos primários brasileiros", dedica em sua introdução também o problema que "poderemos chamar de 'obstáculos ^{pedagógicos}'", ~~após~~ ^{após} procurando assim classificar o fato de que grande número de crianças deixam de se matricular nas escolas primárias variadas.

~~Resumindo~~ ^{Resumindo} ao iniciar a apresentação do Estado, estatísticas de que se serve para a discussão do problema, toma como exemplo representativo Brasil - 10.000.000, analisando as "totalidades grupais censitárias" de crianças de 7 anos "que deveria ter primárias a 1.ª série da escola primária brasileira", em 1932.

Senhor Diretor.

Tendo acabado de examinar o trabalho de autoria do Dr. M. A. Teixeira de Freitas intitulado "A evasão escolar no ensino primário brasileiro", desejo fazer as seguintes observações preliminares:

1º - Tal como já tivemos a oportunidade de discutir, se ria conveniente examinar o problema tomando-se um novo ano como base, pois o de 1932, utilizado no trabalho, foi bastante perturbado em virtude da eclosão do movimento revolucionário de S. Paulo, sendo essa, provavelmente, uma causa de erro considerável.

2º - Em qualquer caso, porém, julgo de utilidade muito relativa para os fins que tenho em vista as conclusões do trabalho, uma vez que dele não podem ser retiradas normas de ação imediata pois como o próprio autor declara "as conclusões do estudo estatístico que esta comunicação desenvolve e aprofunda só são válidas para o país no seu conjunto. O roteiro adotado nesta investigação estatística não pode ser seguido, por agora, em relação a cada Unidade Política separadamente considerada".

E adiante "a aplicação a qualquer Estado, do método de pesquisa que ensaiamos, chegaria a resultados inteiramente destituídos de sentido. Onde a população fosse inferior à estimativa (como se pode supor seja o caso da Baía e Alagôas, por exem-plo), a situação escolar real se apresentaria com exagerada insuficiência. E o contrário ocorreria, apresentando privilegiada posição do Estado em face do problema da educação elementar, onde a população fosse na realidade superior as previsões realizadas, qual acontece certamente com S. Paulo e S. Catarina, para só aludir a duas das circunscrições que neste particular mais ferem a atenção."

Ora, a ação que deve ser exercida no sentido de melhorar essa situação que o Autor classifica de "bem mais sombria do

que a verificada entre as três adiantadas Repúblicas do Sul do Continente" (Argentina, Uruguai e Chile), só pode e deve ser desenvolvida através das organizações estaduais, segundo penso.

Nessas condições torna-se necessário pesquisar as condições de cada uma das unidades federadas em relação à questão.

É o que esta Secção vai tentar fazer utilizando os próprios dados fornecidos pelas estatísticas.

Penso que dessa forma, a fisionomia do problema mudará de muito, ao mesmo tempo que, individualizando as situações, caracterizará responsabilidades e dará imediatamente a forma de ação a ser empreendida.

3º - Ao lado disso, o inquérito já projetado por esta Secção, sob vossa orientação, procurará sondar a extensão e as possíveis causas do fenômeno junto às autoridades responsáveis pela educação, em cada unidade federada.

São essas, Senhor Diretor, as observações que por ora me ocorre fazer, sem que com isso queira, de qualquer forma, diminuir o valor do minucioso e inestimável trabalho do ilustre Diretor da Estatística do Ministério da Educação, e que constitui um verdadeiro brado de alerta da maior autoridade no assunto, aos responsáveis pelos destinos do País e que, por outro lado, fundamenta perfeitamente as medidas drásticas que o Autor propõe como encaminhamento de uma ^{resposta nominal} ~~solução~~ ^{geral} do problema.

Atenciosas saudações.